

**26^a REUNIÃO ORDINÁRIA
DO PLENÁRIO DO CNPC**

RELATÓRIO EXECUTIVO

17/12/2015



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

BRASÍLIA /DF



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

RELATÓRIO EXECUTIVO: 26ª Reunião Ordinária do Plenário do CNPC - 17/12/2015

Data: Brasília, 17 de dezembro de 2015.

Horário: 09h às 14h

Local: Ed. Parque Cidade Corporate - SCS – Quadra 09 – Lote C – Bloco B – 12º andar CEP:
70.308-200 - Brasília/DF

- Composição da Mesa:

Sistema MinC

Sr. Vinicius Wu – Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura (SAI/MinC)
/ Secretário Geral do CNPC

Sra. Lia Calabre – Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa

Sr. Andrey Schlee – Representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Culral;
Diretor do Patrimônio Material (IPHAN/MinC)

Sr. Volnei Cunha Canônica – Diretor do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério
da Cultura

Sr. Leonardo Lessa – Representante da Fundação Nacional das Artes; Diretor do Centro de
Artes Cênicas (CEACEN/Funarte/MinC)

Sr. Neidmar Roger Charão Alves – Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos de Cultura
(CONNECTA)

Sr. Eduardo Werneck Mattedi – Diretor do Sistema Nacional de Cultura (SAI/MinC)

Presentes na Plenária:

Representantes do Poder Público:

Casa Civil da Presidência da República:

Suplente: Sra. Mariana B. de M. Parente Sade.

Ministério das Cidades:

Suplente: Sra. Leticia Miguel Teixeira.

Ministério do Meio Ambiente:

Suplente: Sra. Patrícia Fernandes Barbosa.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Titular: Sr. Jorge Abrahão de Castro;



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

Suplente: Sr. Leonardo de Vargas Marques.

Ministério das Comunicações:

Suplente: Sra. Wanessa Queiroz de Souza Oliveira.

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República:

Titular: Sra. Manuela Nunes de Lorenzo Costa;

Fórum Nacional do Sistema S:

Titular: Sra. Márcia Costa Rodrigues

Suplente: Sra. Marta Raquel Colabone

Representantes da Sociedade Civil, nos respectivos Colegiados Nacionais Setoriais:

Patrimônio Imaterial:

Titular: Sr. Paulo Henrique Menezes da Silva

Culturas Populares:

Suplente: Sr. Henrique Pereira Rocha

Culturas Afro-Brasileira:

Titular: Sr. Adegmar José da Silva

Artesanato:

Titular: Sra. Vânia Maria de Oliveira Santos

Culturas Indígenas:

Não teve representação

Arquitetura e Urbanismo:

Titular: Sr. Rafael Pavan dos Passos

Arquivos:

Titular: Sra. Doralice dos Santos Romeiro

Design:

Titular: Sr. José Augusto Tulio Filho

Moda:

Titular: Sra. Kathia Castilho Cunha

Museus:

Titular: Sra. Ana Silvia Bloise

Patrimônio Material:

Suplente: Sra. Alessandra Costa Gomes

Arte Digital:

Titular: Sra. Gabriela Silveira Barbosa

Artes Visuais:



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

Titular: Sr. Davy Alexandrisky

Dança:

Titular: Sra. Ana Beatriz Magalhães Mattar

Musica Erudita:

Titular: Sr. Antônio Francisco de Sales Padilha

Música Popular:

Titular: Sr. Manoel José de Sousa Neto

Livro, Leitura e Literatura:

Titular: Sr. Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo

Circo:

Titular: Sra. Luana Macena de Melo

Teatro:

Titular: Sr. Oseas de Moraes Borba Neto

Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC):

Titular: Sra. Fernanda Antônia da Fonseca Sobral

Representante de entidades de pesquisa na área de cultura – IPEA:

Titular: Sr. Frederico A. Barbosa da Cunha

Representante das organizações da Sociedade Civil – Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC):

Titular: Sra. Alice Monteiro Lima

- Início da primeira Reunião do Pleno do CNPC:

Sr. Vinicius Wu, Secretário de Articulação Institucional e Secretário Geral do CNPC, compõe a mesa e inicia a reunião apresentando as proposta de encaminhamentos:

Propomos que esta reunião seja objetiva e centrada nos preparativos para agenda do ano que vem. Hoje não devemos realizar grandes debates, mas que seja pactuado o funcionamento do CNPC para 2016. Na reunião prevista para o 1º trimestre de 2016, devem estar presentes todas as representações do pleno (representantes do poder público e os membros da sociedade civil



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

nos respectivos colegiados setoriais) para a posse dos membros dos colegiados setoriais. Nesta primeira reunião, com todos os presentes, serão aprofundados os assuntos da pauta e agenda sobre o funcionamento do Conselho, aqui propostos e encaminhados, como também deverá ser apresentada a agenda de cada colegiado setorial. Pretendemos propor mudanças efetivas e um conjunto amplo de questões que serão debatidas e pactuadas para o funcionamento do conselho, diante das realidades de cada setor aqui representado e de cada ação que deverá ser devidamente encaminhada.

Quanto a pauta e agenda aqui apresentada, sugiro que sejam tratadas e aprofundadas através da montagem de grupos de trabalho, onde devem ser estudadas, sistematizadas, compartilhadas com seus pares e apresentadas na próxima reunião. Isso não limita os temas a serem apresentados, pois obviamente serão inseridos como pautas por cada setorial aqui representado e serão tratadas e desenvolvidas como metas para o próximo ano.

Dentro das propostas de alteração no Decreto N° 5520/ 2005 (que dispõe sobre a composição e o funcionamento do CNPC), e Portaria N° 28/2010 (que aprova e publica o Regimento Interno do CNPC), devemos prever a estruturação dos assentos aprovados no pleno do ano passado, da mesma forma que devemos prever a representatividade do poder público. Após a conclusão dos trabalhos, haverá abertura para a proposição de questões para composição da pauta a ser definida no final desta reunião.

O Sr. Secretário Vinicius Wu - propõe a abertura da apresentação dos novos membros do Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural.

Sr. Davy Alexandrisky – Conselheiro de Artes Visuais – destaca que é o único remanescente do CNPC. Diz que o colegiado hoje possui somente 3 (três) membros do antigo mandato. “Hoje temos um colegiado literalmente renovado, não somente em nomes, mas dos 15 integrantes, 9 eram fotógrafos. Isto é muito diferente, inclusive, no conceito. Hoje de fotógrafo só tem eu.” Ressalta que para fazer uma apresentação é preciso ter o colegiado presente para que seja possível dinamizar as características dos membros e construir este processo, de acordo com a nova composição.

Sra. Doralice dos Santos Romeiro – Conselheira de Arquivos, apresentou uma sugestão de encaminhamento – faz a leitura de uma carta que os conselheiros do colegiado solicitaram que fosse lida, diante de uma situação ocorrida na eleição do colegiado de arquivos, que trata da titular e suplente eleitas no Fórum. Considera pertinente não falar sobre o colegiado, pois só tiveram contato na eleição.

Sr. Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) – Conselheiro de Patrimônio



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

Imaterial - inicia sua fala pedindo para ser tratado como Mestre Paulão Kikongo, não como Paulo Henrique Menezes da Silva, pois é Mestre de Capoeira, e representa aqui a capoeira no Colegiado Setorial de Patrimônio Imaterial. Lembra que foi reeleito, atuou nos últimos 2 anos e diz que é um prazer poder contribuir com este processo. Enfatiza que tem muitas questões para tratar sobre o estado do Rio de Janeiro e sobre sua representação. Informa que, em sua cidade, é membro do Conselho Estadual de Cultura, aprovado junto ao Plano Estadual de Cultura. Enfatiza que também faz parte do grupo de salvaguarda do IPHAN.

Sr. José Augusto Tulio Filho - Conselheiro do Colegiado de Design - ressalta que após o processo de renovação ficaram 3 membros do colegiado anterior. Avalia que hoje, sem dúvida, é um colegiado bastante plural e representativo. Diz que o colegiado já começou a trabalhar no Fórum, com foco na aprovação do Plano Setorial de Design, que foi desenvolvido e aprovado em audiência pública. Avalia que o colegiado é bastante transversal e tem muito a contribuir com a cultura.

Sr. Carlos Henrique Gonçalves - Conselheiro do Colegiado Livro, Leitura e Literatura – informa que o colegiado também foi bastante renovado e ficaram 3 (três) membros do colegiado anterior. Diz que o colegiado é bem organizado e já definiu a pauta de trabalho, da mesma forma que a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas trabalha muito com o colegiado. Ressalta que estão fazendo um diálogo com o Congresso Nacional, “estamos na fase da institucionalização do Plano Nacional do Livro e Leitura, que em 2016 faz 10 anos.” Lembra que o processo já tramitou na Casa Civil, no Ministério da Educação, e tramitará novamente na Casa Civil, quando será apresentado ao Congresso. Enfatiza que o colegiado propõe não atuar somente na área de uma Política Governamental, mas com o foco em uma Política de Estado. Avalia que o colegiado terá outras questões estruturais a serem tratadas e apresentadas na continuidade do processo.

Sr. Leonardo Lessa - Diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte - representa o Presidente da Funarte, o Sr. Francisco Bosco, e compartilha também com o Presidente a coordenação do Comitê Executivo da Política Nacional das Artes, que é um processo bastante complexo e extenso para ser tratado resumidamente. Esclarece que a Política Nacional das Artes será trazida para dentro do CNPC para o debate.

Sra. Ana Beatriz Magalhães Mattar – Conselheira do Colegiado Dança – traz uma Carta para ser entregue, considerada uma demanda urgente, que discute como a Dança está sendo inserida na grade nacional curricular no âmbito da educação física. Ressalta que o colegiado setorial defende e propõe que a dança permaneça no campo das humanidades. Diz que a discussão deve



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

entrar na pauta do CNPC, pois é urgente e precisa ter atenção.

Sra. Ana Silva Bloise - Conselheira de Museus - Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus. Lembra que a Política Nacional de Museus começou em 2003, e, posteriormente em 2004, começou a funcionar o comitê. Lembra que em 2010 foi criado o Plano Nacional Setorial de Museus que está em fase de revisão e estruturação com metas mais definidas. Destaca que o Comitê trabalha as questões do Sistema, através da constituição de grupos de trabalho com metas e eixos pré-definidos. Acrescenta que está muito contente e diz que é uma honra estar aqui.

Sra. Vânia Maria de Oliveira Santos - Conselheira de Artesanato – diz que é da gestão passada e participa pela primeira vez do Pleno do CNPC. Informa que a maior preocupação é com o Plano Setorial de Artesanato, pois o Plano está pronto e não foi publicado. Destaca que agora com a profissão regulamentada é preciso encaminhar esta questão.

Sr. Adegmar José da Silva - Conselheiro de Cultura Afro – Brasileira - diz que gostaria de ser chamado de Candieiro, e que não consegue ver a cultura afro-brasileira somente em um Colegiado. “Eu nos vejo em dança, em design, em todos os setoriais, e isso ficou claro na conferência. Quando você fala em cultura não é visto o negro e o índio. Então são tantas coisas que devem ser feitas neste conselho, para conseguirmos inserir a cultura negra em todos os segmentos. É uma missão, porque ainda precisamos dizer cultura afro-brasileira, cultura negra. Meu povo está morrendo, estão queimando terreiros, matando jovens. Minha missão é introduzir a cultura negra em todos os segmentos, porque nós não somos separados e juntos seremos mais fortes.”

Sra. Gabriela Silveira Barbosa - Conselheira de Arte Digital – avalia que o colegiado está bem diversificado e bem novo, com muitas demandas e propostas novas. “Precisamos ter voz, e organizar, como principal demanda, uma representação mais forte nos estados e municípios brasileiros, além de abrir o diálogo e participar mais dos eventos do MinC, pois vamos como ouvinte, e consideramos fundamental que sejamos convidados a contribuir e atuar juntamente nessa construção. Nosso colegiado está bastante diversificado, eu estou no pleno, sou uma mulher e meu suplente é um quilombola e queremos que a arte digital seja vista, temos muitas coisas para agregar, pois a arte digital conversa com todas as artes.”

Sr. Oseas de Moraes Borba Neto - Conselheiro do Teatro – ressalta que não é remanescente do último colegiado. Fez parte do primeiro mandato e agora, como é chamado, do *Novo CNPC*. Avalia que o colegiado está bem reformulado e representativo e gostaria que o MinC desse condições de representar o Teatro no Brasil. Destaca que o colegiado quer dialogar com seus



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

pares, com os povos indígenas e com todos os grupos. “Eu sou o titular e minha suplente é uma mulher negra. Estamos aqui para somar com todos e considero este conselho muito importante. E, principalmente, [o colegiado de teatro] deve se reerguer e ter a força que teve no primeiro mandato.”

Sra. Luana Macena de Melo - Conselheira do Circo – destaca que foi da gestão anterior, e agora, quebrando o paradigma do machismo que o Circo também está envolvido, assume o pleno, e sente-se honrada pela quebra de paradigma e pela construção que isso representa. Diz que não trouxe pauta do Colegiado, “entendemos que primeiro se dá a Posse ao Colegiado para depois ser conselheiro, nossas demandas poderão vir após a primeira reunião”.

Sr. Henrique Pereira Rocha - Conselheiro de Culturas Populares – diz que é suplente e o titular não pôde estar presente. Avalia que houve uma renovação significativa do colegiado e ampliação de estados brasileiros na sua representatividade, já que muitos estados estiveram ausentes na última composição. Informa que o colegiado decidiu que o grupo não será dissolvido, dependendo somente das reuniões previstas na agenda; ressalta que manterão contato permanente e irão trocar informações por e-mail e grupos criados nas redes sociais. Destaca que também ficou definido que os titulares e suplentes estarão sempre em contato pelos próximos 2 anos, sem restrição, até as convocações. Informa que também irão tratar da agenda do próximo biênio, que não foi possível devido à ausência da representação da SCDC. Reforça, ainda, que a SCDC, que coordena o colegiado esteja mais presente no grupo. Cita a importância do trabalho realizado pela secretaria nas políticas desenvolvidas e considera que o colegiado pautar as políticas e participe junto ao MinC. Observa a ausência no nome do colegiado na citação realizada durante a posse.

O Sr. Secretário Vinicius Wu, formaliza uma retratação. Esclarece que o Conselheiro Sr. Milton Gonçalves, que foi convidado a apresentar a composição do Pleno, na Posse, não citou o nome dos colegiados e das instituições, e falou somente os nomes das pessoas ali presentes. O secretário avalia que não foi uma falha de informação, e sim um momento de improviso na apresentação. Explica também que será dada a devida atenção e serão, sempre, devidamente citadas as respectivas instituições e colegiados.

Sra. Alessandra Costa Gomes (Pajama) – Conselheira de Patrimônio Material – inicia sua fala fora do microfone, chamando a atenção para a questão da Acessibilidade. Coloca como desafio do Colegiado a montagem de Grupos de Trabalho para tratar os pontos a serem trazidos pela representatividade dos membros e desta forma sistematizar proposições, moções e encaminhamentos. Cita sobre questões de arqueologia e injustiças sociais. Diz que com relação à acessibilidade, não se fala do público com deficiência, dos artistas com deficiências e que é



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

preciso trazer aqueles que não são citados ou pouco citados, na construção das políticas, bem como preocupar-se com diversos casos de deficiências, que não são tratados com atenção na questão do patrimônio. “Estou muito emocionada. Sou de São Luís do Maranhão e hoje São Luís é uma terra que está se levantando e está assumindo sua identidade e sua riqueza. Me emociona estar representando o Patrimônio Material e o Maranhão. Devemos sempre empoderar mais um e formar pares e acreditar que a gente pode mudar e conseguir formar um colegiado que possa propor atitudes, e relacionar aqueles que fazem parte de todas as áreas contempladas como Patrimônio Material.”

Sra. Kathia Castilho Cunha – Conselheira de Moda – diz que a moda teve uma memória pouco constante nestes dois primeiros momentos do colegiado. Ressalta que o Plano Setorial e o Plano Nacional estão sendo revistos. “Ao avaliar os dois planos, o colegiado irá focar em construir um Plano para Moda na tentativa de construir o reconhecimento do setor na sua magnitude civil, para que a Moda não seja somente uma área da cultura, mas cumpra seu aspecto civil mais amplo, nos eixos que são definidos.” Informa que o Colegiado também está organizado por grupos nas redes sociais e e-mails. Lembra que o setorial foi quase todo renovado, ficando somente 1 (um) representante da gestão anterior.

Sra. Márcia Costa Rodrigues – Conselheira do Sistema S – informa, que na qualidade de titular, está revezando com a Marta o mandato no pleno do CNPC. Esclarece que é gerente de cultura do SESC Nacional, e atua na área da cultura em todo o Brasil e espera contribuir, colaborar e representar os setoriais e, ainda, estruturar ações que podem ampliar o diálogo em todo Brasil.

Sra. Patricia Barbosa - Conselheira do Ministério do Meio Ambiente – esclarece que é suplente da titular, Sra. Renata Maranhão, que está em férias. Destaca que estão novamente juntas nesta e na outra gestão. Diz que está muito feliz com a pauta proposta na posse e diz que para quem trabalha com educação ambiental é muito engrandecedor que estes processos participativos possam ser construídos em conjunto.

Sr. Antônio Padilha – Conselheiro de Música Erudita – explana sobre sua inconformidade de não haver a cerimônia de assinatura de posse no ato da designação. Também citou a ausência de informações atuais e concretas sobre o CNPC no site do MinC.

Sr. Manoel José – Conselheiro de Música Popular - concorda com Antônio Padilha sobre a ausência do ato simbólico na posse, que não atendeu as expectativa. Ressalta que quando se fala de empoderamento da sociedade civil não pode faltar o ato, como foi feito na cerimônia de posse. Faz explanação sobre o histórico do colegiado desde o início como câmara setorial. Ressalta que já atuou no colegiado e retornou para atuar neste biênio. Diz que durante o período



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

que esteve fora, sempre foi convidado pelo MinC para apresentar estudos sobre o setor de música, no qual possui rico acervo e histórico. Lembra sobre a lei da obrigatoriedade das aulas de música nas escolas, que não é clara, mas existe. Menciona também sobre o fato da existência de cotas e políticas de gênero, neste novo momento do conselho. Finalizou acrescentando que o setorial de música é sempre muito crítico.

Sra. Manuela Lorenzo – representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - após breve apresentação, prontificou-se a contribuir nos debates do CNPC ao longo do próximo biênio.

Sra. Fernanda Sobral – representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC – pontuou sobre a importância da presença da instituição nos debates do Conselho, espaço de diálogo e de construção da democracia por meio da cultura.

Sr. Rafael Passos – Conselheiro de Arquitetura e Urbanismo - explanou sobre o processo eleitoral e mencionou sobre o aumento da representatividade para o setor, pois antes eram 9 membros e hoje foram eleitos 15 titulares e 13 suplentes, o que é bastante significativo. Citou o histórico do *Solar do IAB*, desde o período da ditadura até se tornar um Centro Cultural e Ponto de Cultura. Destaca que foi organizador do Fórum Social Mundial em 3 momentos. Proposição: comissão intersetorial - política se faz com intersetorialidade, não com setorialidade. Ressaltou acerca da importância do Programa Cultura Viva e da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, que devem ser tratados de forma a ampliar os canais de participação para que se tornem mais um meio de construção política.

Sr. Jorge Abraão – representante do Ministério do Planejamento – faz parte da equipe organiza o PPA no Ministério do Planejamento. Informa que ontem foi aprovado o orçamento, que é um plano de 4 anos e diz que é interessante apresentar e informar por meios participativos, o que o governo organizou e compartilhar estas ações, entre outras discussões que são relevantes para cultura, no âmbito interfederativo.

Sr. Leonardo Marques – representante do Ministério do Planejamento (suplente) - cita a importância da construção das políticas culturais e destaca que o Plano Nacional de Cultura e o Plano Estratégico possuem instrumentos muitos semelhantes, com metas e proposições legislativas. Menciona também sobre os direitos da população da terceira idade, reafirmando a importância da abertura do espaço para a sociedade.

Sra. Alice Monteiro Lima – representante da CNPdC (Comissão Nacional dos Pontos de Cultura) - defende a cultura como direito humano, bem como a cadeira da representação das



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

organizações da sociedade civil (Inclusão Social por intermédio da Cultura), a qual compõe.

Sra. Letícia Teixeira – representante do Ministério das Cidades – destaca que está na segunda gestão (2004 e 2006) e ressalta que o colegiado de Arquitetura e Urbanismo não envolve apenas arquitetos e projeta, ainda, envolver o colegiado nas questões que dizem respeito ao tema cidades e territórios.

Sr. Vinicius Wu – Secretário de Articulação Institucional - propõe fazer uma pactuação das organizações, dos conselheiros e instituições do poder público que compõe o CNPC para que seja construído um outro padrão de funcionamento do Conselho. Diz que a pauta será previamente divulgada e previamente discutida, antes de cada reunião. “Nós queremos que as reuniões, nos momentos das discussões, sejam transmitidas em tempo real.” Sugere que, como haverá dois (2) dias de reunião, os conselheiros debatam com seus pares para que, nas reuniões, o debate, as deliberações e encaminhamentos da pauta sejam de fato compartilhados. Propõe que, no período da manhã, ocorra a proposição de pautas com o compartilhamento dos atos e dos temas, para que se tenha condições de deliberar de forma participativa. Enfatiza que é historiador, com experiência premiada internacionalmente (ONU, Banco Mundial...), por iniciativas que tratam do uso das tecnologias para promoção da participação social, experiência também realizada no governo do Rio Grande do Sul e pretende implementar iniciativas para dinamizar o funcionamento do CNPC.

Avalia que este deve ser um espaço de pactuação e cogestão e diz que houve muitos avanços e conquistas na representação pública e na abertura do diálogo. Enfatiza que a participação deve se encontrar com a gestão, com monitoramento e acompanhamento de resultados. Sugere que este não seja apenas um espaço para a sociedade civil apresentar demandas, mas que seja um local de construção de estratégias.

Na apresentação da [proposta de funcionamento do CNPC](#), que será disponibilizada junto a este documento, propõe que o CNPC esteja integrado com outros canais de participação, como apoio à preparação da IV Conferência, que deve ter como ponto de partida, a memória e o diagnóstico do que foi proposto. A Conferência será também uma das pautas a serem tratadas na primeira reunião do CNPC. Ressalta que o CNPC é uma estrutura complexa, abrangente, e é preciso pensar e formular mecanismos para garantir estes desdobramentos, bem como avaliar que tipo de prestação de contas queremos para as estruturas e implementação pública nos espaços de participação.

Avalia que o CNPC deveria se tornar uma autoridade pública, com condições de incidir sobre o Congresso Nacional e constituir-se como um instrumento de reflexão e visibilidade. Ressalta,



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

também, que a CNPDC e as Teias devem ser espaços de participação junto ao CNPC.

Enfatiza que o amplo uso de tecnologias deve ser formulado como um espaço de construção de sínteses, para o uso de consultas e de formalização de atos e de reuniões à distância, integrando estruturas, pautas e agendas dos Ministérios, do IPHAN, das Representações Regionais e demais instituições vinculadas ao CNPC. Lembra que o uso de tecnologias utilizadas para obras e projetos, para acompanhamento em tempo real, é uma tecnologia que já existe e deverá ser adaptada. Diante das novas proposições, diz que devemos incorporar os novos assuntos ao CNPC e alterar algumas nomenclaturas.

Para esta nova gestão, informa que devem ser estabelecidas normas de funcionamento com apuração e responsabilidades do poder público e sociedade civil representada, através de um código de ética e decoro, para elevar o nível das pautas e das construções do Conselho, que devem institucionalizar e propor um novo cenário e uma perspectiva real de mudança.

Destaca que deve ser estabelecida, também, uma dinâmica de formação, para a fortalecimento da relação entre agentes públicos, a sociedade civil e povos indígenas, pois muitas vezes há dificuldades em lidar com as especificidades.

Ressalta que é preciso formatar uma agenda com o poder público, pois muito do que é debatido em outros ministérios, deve ser encaminhado e monitorado conforme as pautas apresentadas pelos colegiados setoriais. Diz que a pauta interfederativa se faz fundamental. Avalia, também, que o CNPC deve se tornar o protagonista dos grandes debates de participação social no país. Lembra que o *Kuarup* pode ser um espaço da conferência, “e que seja um grande momento de afirmação dos direitos culturais.”

O CNPC terá as pautas implementadas neste novo exercício da gestão para o Biênio 2015-2017.

- Apresentação da Pauta e Calendário

PAUTA REUNIÃO DO PLENO DO CNPC

- 1) Apresentação dos Novos Conselheiros e Conselheiras;
- 2) Dinâmica de Funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural;
- 3) Agenda 2016;



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

- 4) Encaminhamentos sobre Decreto nº 5.520/2005 (que dispõe sobre a composição e o funcionamento do CNPC) e Portaria nº 28/2010 (que aprova e publica o Regimento Interno do CNPC), e Código de Ética e Decoro do CNPC.

CALENDÁRIO CNPC 2016

1. Apresentação dos Novos Conselheiros;
2. Dinâmica de Funcionamento e Política de Formação para Conselheiros e Agentes Públicos;
3. Regimento, Decreto e Código de Ética;
4. Funcionamento dos Colegiados e Planos Setoriais.

Agenda Anual

Reuniões Ordinárias – Quatro reuniões/Ano

- Primeira Reunião Ordinária – Março/2016
- Segunda Reunião Ordinária – Maio/2016
- Terceira Reunião Ordinária – Agosto/2016
- Quarta Reunião Ordinária – Novembro/2015

Reuniões Extraordinárias – Previsão de Três Reuniões /Ano

- Agenda conforme necessidade de encaminhamentos

Reuniões dos 18 Colegiados Setoriais – Duas Reuniões/ Ano

- Primeira Reunião de cada colegiado – Primeiro Semestre/2016
- Segunda Reunião de cada colegiado – Segundo Semestre/2016



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

- Abertura do Debate:

1º inscrita – Conselheira Luana Melo (Circo):

- Questiona sobre a transparência das atas, argumentando sobre o fluxo para disponibilização das mesmas;
- Crítica a dificuldade de infraestrutura, pois mesmo com o MinC disponibilizando *locus* para os conselheiros operarem, há dificuldade de acesso às representações regionais que estão em sua maioria nas capitais;
- Propôs que seja criado um espaço para construção compartilhada da TEIA da Diversidade.

2º inscrito - Conselheiro Davy Alexandrisky (Artes Visuais):

- Cobra uma pauta já discutida em outras plenárias sobre o encaminhamento das agendas do Ministro para acompanhamento dos Conselheiros;
- Também critica a morosidade da disponibilização das Atas das reuniões ordinárias;
- Crítica a ausência dos conselheiros dirigentes do MinC, reiterando que essa situação já era recorrente nas outras reuniões do mandato anterior.

3º inscrito – Conselheiro Manoel José de Sousa Neto (Música Popular):

- Propõe que as reuniões dos colegiados sejam sempre antecedentes às plenárias para facilitar o fluxo das demandas e amadurecimento das pautas;
- Também critica a ausência das secretarias e solicita que conste em Ata que, principalmente, a SCDC deveria estar presente.
- Também cobra a disponibilização das Atas, trazendo o exemplo do Fórum Nacional de Serra Talhada.

4º inscrito – Conselheiro Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) (Patrimônio Imaterial):

- Crítica a falta de memória do que foi produzido no setor de Patrimônio Imaterial, também problematizando que a questão da dificuldade de transparência das Atas reforça o estigma de uma ineficiência do Conselho;
- Solicita registro em Ata sobre o fechamento de um Instituto que cuida da preservação de patrimônio local em Florianópolis;



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

- Destaca a necessidade de atenção ao patrimônio da Capoeira, citando a Lei 166/15 para conhecimento.

5º inscrito – Conselheiro Oseas de Moraes Borba Neto (Teatro):

- Também critica a falta das Atas;
- Critica a falta de estrutura das Representações Regionais (RRs) fazendo um apelo para que seja dada relevância ao papel estruturante das parcerias políticas;
- Afirma que a força do Conselho parte do reconhecimento do Ministro Juca e ressalta que há uma expectativa de que sua presença seja constante para legitimação do CNPC;
- Solicita que, nas agendas do CNPC, seja reservado um turno para articulação de pautas junto a ASPAR e a Comissão de Cultura, Educação e Desporto do Congresso.

6º inscrito – Representante Sandro Santos (Fundação Cultural Palmares):

- Propõe o envolvimento e legitimação do diálogo com a Comissão de Cultura na Câmara para estreitamento com as pautas parlamentares;
- Afirma o papel do CNPC como um ente articulador das demandas e pautas das políticas junto aos estados e municípios, por meio de fóruns que dialogam de maneira mais orgânica com a sociedade civil, em caráter itinerante;
- Solicita reforço na implementação do Plano Setorial de Cultura Afro-brasileira.

7º inscrita – Conselheira Alessandra Costa Gomes (Patrimônio Material):

- Destaca a necessidade de articulação do sistema MinC com o CNPC para construção de eventos tais como a Teia, e os que tratam de pautas correlatas;
- Solicita que seja reforçada a representação dos plenos do CNPC nas agendas políticas.

8º inscrita – Conselheira Doralice dos Santos Romeiro (Arquivos):

- Reitera o papel das RRs de legitimar a atuação do CNPC nos estados e enfatizou a importância de aproximar os Conselheiros da gestão das RRs para fortalecer a institucionalidade.

9º inscrito – Representante Sr. Neidmar Charão (CONNECTA):

- Questiona que o SNC propõe um diálogo interministerial e que o CNPC pode ser um ente articulador destas transversalidades, podendo auxiliar para que as agendas produzidas no CNPC possam ser operadas nos outros ministérios e é sumariamente legítimo o papel dos Conselheiros em pautar e acompanhar estas questões;



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

- Acolhe a proposta do Secretário Vinicius Wu para que o Gabinete Digital possa auxiliar no tratamento de grandes agendas, possibilitando estrategicamente a articulação do CNPC no âmbito nacional;
- Ressalta que a grande agenda do CNPC tem que passar pela estruturação do SNC e por um posicionamento conciso das pautas de marco regulatório relevadas pelo Ministro, como o ProCultura, PEC 421, 250 e correlatas.

10º inscrito – Diretor Andrey Schlee (IPHAN/MinC):

- Propõe que as RRs e superintendências do Sistema MinC incluam, em suas agendas, o convite periódico aos eventos, nos estados e municípios, respeitando a relevância da representatividade dos mesmos;
- Propõe que as Atas sejam disponibilizadas no modelo de Súmula para facilitar a operacionalização deste fluxo.

11º inscrito – Conselheiro José Augusto José Augusto Tulio Filho (Design):

- Critica o veto no planalto para regulamentação do setor do Design, enfatizando que o MinC não foi consultado sobre o Projeto de Lei;
- Critica a indisponibilidade das Atas do Colegiado de Design e a ausência de histórico do que foi construído com informações de Moções, Súmulas, etc.

12º inscrita - Conselheira Ana Beatriz Magalhães Mattar (Dança):

- Também critica a falta de registro da memória do que foi construído e sente a necessidade de que cadeiras interministeriais como Educação (MEC) sejam efetivamente ocupadas para a necessária articulação presencial das pautas;
- Destaca a necessidade de pagamento dos editais, como sendo uma dívida que precisa ser reparada.

13ª inscrita – Representante Alice Monteiro Lima (CNdPC):

- Reforça as questões já elencadas relativas ao papel do CNPC como instância articuladora da Proposta, e discorre sobre a importância da cadeira para Comissão Nacional de Pontos de Cultura no Pleno do CNPC.

14º inscrito – Conselheiro Rafael Pavan dos Passos (Arquitetura e Urbanismo):

- Questiona o papel do CIPOC e reitera as questões já elencadas sobre o papel do CNPC como ente articulador das políticas em outros ministérios.



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

15º inscrita - Conselheira Luana Macena de Melo (Circo):

- Crítica a falta de organização da logística para os conselheiros.

16º inscrito - Conselheiro Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo (Livro, Leitura e Literatura):

- Crítica a falta de conhecimento das regionalidades brasileiras, propondo reuniões itinerantes do CNPC;
- Solicita atenção e priorização das pautas do Livro, Leitura e Literatura para aprovação de Leis e de Plano setorial;
- Crítica a concomitância da reunião do Pleno do CNPC com o evento do Tratado de Marraqueche. Solicita que, em casos semelhantes, sejam convocados o titular e o suplente para a reunião do CNPC.

17º inscrita - Conselheira Gabriela Silveira Barbosa (Arte Digital):

- Não concorda com a possibilidade de reuniões oficiais à distância e questiona o tempo de implementação e realização das ações propostas para modelo de gestão do Secretário Vinicius Wu;
- Concorda com as demais pautas propostas e solicita a indicação de um ponto focal na SAI/MinC para articulação das agendas do Sistema MinC.

18º inscrito - Representante Frederico A. Barbosa da Cunha (IPEA):

- Propõe a discussão do ProCultura no que tange ao regime de prestação de contas e orçamento do MinC como sendo agenda relevante para ser discutida no início do ano;
- Propõe a criação de comitês temáticos para articularem, ao longo do ano, as pautas de relações interfederativas, tais como Economia da Cultura, SNC, etc.

19º inscrito - Conselheiro Manoel José de Sousa Neto (Música Popular):

- Apresenta um documento de pontos de reivindicações e deliberações do setor, com a menção de que o mesmo seria revisado e aprovado pelo colegiado.

MESA DIRETORA:

O Secretário Vinicius Wu esclarece que a ausência dos secretários e do Ministro se dá porque a



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

reunião tem caráter de planejamento interno do CNPC e, estrategicamente, não eles foram mobilizados para não desarticular suas agendas específicas.

Observa que a estrutura será revista e será garantido o apoio junto ao IPHAN, que possui superintendências em todos estados brasileiros e junto às Representações Regionais do Ministério da Cultura.

Orienta que a agenda do ministro já é pública e esta à disposição no site do MinC (www.cultura.gov.br/agenda-do-ministro). Diz que poderá rever a possibilidade de envio direto.

Sobre a transparência dos autos, alega que este trabalho vem sendo realizado e que as Atas, até o ano de 2014, estão todas disponíveis. Destaca que há a orientação da Presidente Lia Calabre para que tais documentos sejam lidos para as próximas reuniões do Pleno.

O Secretário Vinicius Wu propõe que os membros dos colegiados também estejam presentes nas reuniões do pleno.

Indica a possibilidade de realização da próxima agenda do CNPC, no início do ano, em São Paulo, com diversos entes como Sistema S.

Destaca o papel do CNPC como um ente articulador para os processos em outros Ministérios.

O encerramento do Secretário Vinicius Wu foi propositivo, sugerindo a formação de 2 (dois) GTs paritários e acatando a seguinte composição:

1. Comitê que analisará o Regimento, Decreto e o Código de Ética e Decoro:
 - 1.1. - Conselheiro Davy Alexandrisky, Colegiado Setorial de Artes Visuais;
 - 1.2. - Representante Márcia Costa Rodrigues (Sistema S);
 - 1.3. - Presidente Lia Calabre (FCRB/MinC);
 - 1.4. - Diretor Eduardo Mattedi (SAI/MinC);
 - 1.5. - Conselheiro Antônio Padilha, Colegiado de Música Erudita. (por indicação e aprovação do pleno)

2. Comitê para sistematizar a Dinâmica de funcionamento do CNPC, Agenda e Calendário 2016:
 - 2.1 - Secretário de Articulação Institucional, Sr. Vinicius Wu;
 - 2.2 - Representante do IPEA, Sr. Frederico A Barbosa da Cunha;
 - 2.3 - Conselheiro Manoel José Souza Neto, Colegiado de Música Popular;
 - 2.4 - Conselheira Ana Beatriz Magalhães Mattar, Colegiado Setorial de Dança;
 - 2.5 - Representante da CNPDC, Sra. Alice Monteiro Lima;
 - 2.6 - Representante da Casa Civil da Presidência da República, Sra. Mariana B. de



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

M. Parente Sade.

O Diretor Eduardo Mattedi chama atenção para o exercício pleno do CNPC. Destaca que o conselho é um vetor na formulação das políticas públicas e supera a tendência, que muitas vezes se apresenta na dinâmica, de ser um “balcão” de demandas setorizadas.

O Secretário Vinicius Wu reafirma que as agendas do Pleno darão seguimento, a partir de março de 2016, insistindo que esta nova gestão do CNPC assuma a postura inovadora e garanta efetividade e eficácia dos trabalhos. Faz um apelo para que o Pleno pactue um código de ética e conduta que garanta a convivência cidadã e democrática no exercício destas atividades, e que de nenhuma forma, haja quebra de decoro em sua dinâmica, de forma a garantir a autoridade que o CNPC representa.

Por fim a mesa propõe que a assinatura *pro forma* do termo de posse dos membros do pleno seja realizada juntamente com a posse dos colegiados. Após oposições, houve a votação, sendo acatado o posicionamento proposto pela mesa.

Encaminhamentos Demandados:

1. Enviar ao grupo: listagens com os contatos dos membros do Pleno; apresentação do Secretário; e o presente Relatório. (Conselheiro Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo);
2. Informar aos conselheiros sobre as questões da máquina pública na operação de eventos e reuniões, pois a logística é severamente criticada, e todos devem ser orientados sobre as necessidades e estrutura para estas ações. (Conselheira Luana Macedo de Melo);
3. Prever e alinhar agenda dos membros do CNPC junto ao Sistema MinC para a participação dos conselheiros nos programas e projetos realizados. (Conselheira Gabriela Silveira Barbosa).

Brasília, 07/01/2015